

Governo cearense implanta monitoramento com câmeras Axis em unidades prisionais.

Sejus monitora, com 566 câmeras, Casas de Privação Provisórias, Cadeias Públicas e Penitenciárias no Ceará.



Organização:
Secretaria da Justiça e
Cidadania do Estado do
Ceará (Sejus-Ce)

Localização:
Estado do Ceará, Brasil

Segmento industrial:
Prisões / Centro de
Correção

Aplicação:
Proteção e segurança

Parceiro(s) Axis:
Imagem Segurança,
Anixter, ISS

Missão

Com objetivo de implantar uma solução de monitoramento em vídeo que controlasse à distância grande parte do sistema prisional do estado do Ceará, a Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará (Sejus-Ce), criou uma central de vídeo monitoramento IP em Fortaleza, na sua sede, que agregou alta qualidade de imagem, gerenciamento remoto e acesso às imagens em tempo real. Atualmente, esta sala monitora as principais unidades prisionais do Estado, incluindo as Casas de Privação Provisória de Liberdade 2, 3 e 4 em Itaitinga, as Cadeias Públicas nas cidades de Crato, Jati e Sobral e o Penitenciária de Pacatuba.

Solução

Um novo modelo de monitoramento em vídeo foi implementado pela integradora Imagem Segurança na sede da Sejus para promover maior segurança ao sistema prisional do Estado e, ao mesmo tempo, maximizar o trabalho da equipe de tecnologia da secretaria. O sistema é composto pela central de monitoramento e as 566 câmeras instaladas nas unidades prisionais, tendo acompanhamento à distância 24 horas por dia.

Dentre as câmeras da fabricante Axis Communications, foram instalados os seguintes modelos para ambientes internos e externos: AXIS 233D, AXIS 211M, AXIS 215 PTZ-E, AXIS M1011, AXIS Q6032-E, AXIS M1054, AXIS P1344 e a AXIS P5534-E. A solução Axis foi complementada com o software de gerenciamento de imagens escolhido da ISS, que permite a gravação de imagens e alarmes pré-configurados.

Resultado

O projeto agregou uma série de benefícios à Sejus. Dentre os principais, destacam-se: a centralização do controle em vídeo do sistema de segurança prisional do Estado; a otimização da produtividade da equipe de TI; controle em tempo real das unidades prisionais; alta qualidade de imagem e sistema de alarme visual e sonoro; possibilitando um trabalho preventivo com relação às fugas e às rebeliões.

“O monitoramento através do CETV permite à Sejus acompanhar o dia-a-dia das unidades, beneficiando ações de inteligência e segurança, prevenindo possíveis tentativas de fuga ou outras anomalias no sistema penitenciário, para tanto os produtos da Axis nos oferece uma solução efetiva de monitoramento de imagens e de áudio com alta qualidade.”

Mário Jorge, responsável pelo projeto na SEJUS – Secretaria da Justiça.

A integradora Imagem Segurança implantou modelos específicos de câmeras IP Axis em cada unidade da CPPL, nas Cadeias Públicas do Crato, Jati e Sobral e da Penitenciária de Pacatuba. No projeto, existem câmeras Megapixel que oferecem um recurso de gravação e análise de múltiplas cenas. Por trabalhar com megapixels, o equipamento tem a capacidade de isolar parte da imagem, como os cantos, diminuindo a necessidade de gastos excessivos com maior número de câmeras. Por ser ambiente de detenção, era necessária a implantação de um sistema de monitoramento remoto de alta definição das imagens gravadas, em diversas condições de iluminação e, principalmente, que permitisse a gravação do áudio ao vídeo.

As câmeras foram instaladas em todo o entorno das unidades prisionais, nas áreas externa e de acesso e também na área administrativa de cada unidade.

A Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará tem como missão promover o pleno exercício da cidadania e a defesa dos direitos humanos. Para o cumprimento de seu dever, compete à Sejus executar a manutenção, supervisão, coordenação, controle, segurança e administração do Sistema Penitenciário do Ceará. Além de garantir o cumprimento das penas e zelar pelo livre exercício dos poderes constituídos.

É de responsabilidade da Sejus-Ce, superintender e executar a política estadual de preservação da ordem jurídica, da defesa, da cidadania e das garantias constitucionais. Também, é de competência da Secretaria desenvolver estudos e propor medidas referentes aos direitos civis, políticos, sociais e econômicos, as liberdades públicas e à promoção da igualdade de direitos e oportunidades.

